

Conhecendo a tributação, entendendo a desigualdade

Episódio 1

Como funcionam os tributos e como impactam a nossa sociedade?

Flora: Você sabe como a desigualdade brasileira é avaliada internacionalmente?

Segundo dados do Relatório da Desigualdade Mundial (World Inequality Report), de 2022, o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo, ocupando o segundo lugar no ranking de desigualdade quando comparado a outros países do G20.

Essa informação só confirma algo que nós, brasileiros, já sabemos bem.

Vivemos em um país extremamente desigual. Você já parou pra pensar quais ações podem gerar essa desigualdade?

A maneira como os tributos são cobrados no país pode ser uma delas.

No cotidiano, a gente paga IPTU, IPVA, imposto de renda... Pagamos tributos até quando fazemos compras no mercado, o que afeta muito a nossa vida.

Marina Costa: Mesmo esse assunto fazendo parte do cotidiano/do nosso cotidiano como um todo, ele ainda é uma das principais fontes de insatisfação de todos os brasileiros, só que, mesmo assim, mesmo sendo um conceito de insatisfação, muitas pessoas não sabem o que realmente está por trás desse conceito.

Vinheta: Conhecendo a tributação, entendendo a desigualdade. Um podcast do projeto Tributos e Desigualdade.

Flora: Oi, gente! Eu sou a Flora.

Marina Costa: Eu sou a Marina, sou advogada no escritório Mattos Filho, eu tô na área de tributário contencioso ou judicial tributário

Flora: Hoje, Marina e eu vamos te explicar como funciona o sistema tributário brasileiro e como ele contribui com a desigualdade no país. Por isso, você vai ouvir nós duas ao longo desse episódio!

Esse podcast faz parte do projeto Tributos e Desigualdade, idealizado pelo Instituto Mattos Filho e produzido pela Civicus e a Politize!

[transição]

Quando falamos de tributação, é comum lembrarmos do imposto de renda, do IPTU, e do IPVA, como já falamos. Porém, você sabia que existem outros diversos tributos, que muitas vezes são cobrados de nós sem nem mesmo percebermos?

E tem mais: você sabia que tributo e imposto não são a mesma coisa?

Marina Costa: Todo imposto é um tributo, mas nem todo tributo é um imposto.

Flora: Isso porque o imposto é um tipo de tributo.

Marina Costa: Basicamente os tributos, eles podem ser: impostos, taxas e contribuições de melhoria ou especiais

Flora: Desses, há dois que são mais comuns: as taxas e os impostos. A taxa é um tipo de tributo que é cobrado quando você usa um serviço público específico.

Marina Costa: Por exemplo, o valor que você recolhe pra tirar um passaporte junto à Polícia Federal. Esse dinheiro é utilizado para financiar o serviço de emissão dos passaportes.

Flora: Outro exemplo comum são as taxas que pagamos com a coleta de lixo. Quando você usa esse serviço, a taxa é cobrada para financiar o próprio serviço utilizado.

Já o imposto é um tipo de tributo cobrado sobre a renda, o patrimônio, o consumo e a produção.

O imposto de renda (IR), por exemplo, é um tipo de imposto pago anualmente, cobrado a partir do quanto a gente ganha por ano.

Marina Costa: São os valores que o Governo Federal arrecada com o IR da pessoa física que são utilizados para uma série de atividades. Por exemplo: a educação, a saúde, a segurança pública...

Então, já dá pra notar uma diferença entre taxa e imposto, a finalidade - porque a taxa é destinada para fins específicos, então, é financiando o mesmo serviços em razão do qual ela foi recolhida.

O imposto não, o imposto, ele pode ser utilizado para uma série de finalidades e você não tem como saber exatamente quais foram as atividades financiadas por aquele valor que recolheu.

Flora: Tem diversos tipos de impostos. Todos eles são pagos por pessoas físicas ou jurídicas.

Além desses tributos, têm as contribuições de melhoria que podem ser cobradas quando um imóvel é valorizado por uma obra pública.

Marina Costa: Suponha que o Governo Federal construa um hospital ou um museu próximo a sua casa. Se o seu imóvel tiver valorização em razão dessas obras, a contribuição de melhoria pode ser recolhida.

TV Câmara de São José dos Campos: [...] Foi aprovado na câmara um projeto de lei complementar da prefeitura que institui uma contribuição de melhoria devido à valorização dos imóveis localizados nessas áreas [...]

Flora: Já as contribuições especiais podem ser econômicas, sociais ou especiais. O INSS é um exemplo de contribuição social.

INSS é a sigla para Instituto Nacional de Segurança Social, e o pagamento é feito para que em caso de doença ou afastamento, você possa receber o auxílio.

Ele também é responsável pelo pagamento da aposentadoria.

Também tem os empréstimos compulsórios, esse tipo é menos comum. Eles são responsabilidade da União e podem ser cobrados em situações muito específicas, como: guerras ou epidemias, por exemplo.

Após ser cobrado, o valor será devolvido ao contribuinte, como um empréstimo. O pagamento desses diferentes tributos pode ser feito de maneira direta ou indireta.

Jornalismo TV Cultura: [...] entra ano, sai ano e o enredo não muda: os brasileiros permanecem pagando mais imposto de renda [...]

Flora: Um exemplo é o imposto de renda, o pagamento é feito pelo próprio cidadão, de forma direta.

Marina Costa: Esse imposto segue o princípio da proporcionalidade. Então, quanto maior a renda, maior será o imposto.

Flora: Outros impostos diretos seguem a mesma ideia. Por exemplo, o IPVA, imposto cobrado sobre veículos, é calculado a partir do valor que um carro possui.

Assim, uma pessoa que tem um carro mais caro irá pagar um imposto maior. Além disso, o pagamento dos tributos diretos está relacionado a um CPF ou um CNPJ.

Tá, mas e os tributos indiretos?

Marina Costa: Chama-se de tributo indireto aquele que é aplicado sobre serviço ou produto.

Ele é indireto pelo fato de não considerar a renda de uma pessoa, mas sim o quanto ela consome. Em resumo: O ponto de atenção são as transações de mercadoria, ou seja, esse imposto ele vai sempre incidir sobre o que é consumido.

Flora: Quando você compra um refrigerante, por exemplo, é cobrado IPI, Imposto sobre Produto Industrializado, e esse valor será repassado para o consumidor no preço final do produto.

Ou seja, se o refrigerante custa 10 reais, o imposto que pagamos está dentro desses 10 reais.

Marina Costa: Assim, está posto que a diferença entre tributos diretos e tributos indiretos está, principalmente, na forma de como esses tributos chegam ao contribuinte.

Flora: Bom, agora já entendemos quais as principais formas de tributos. Mas, se os cidadãos têm esse dever de contribuir, qual o papel do Estado nisso tudo?

A criação e cobrança de tributos são responsabilidade da União, Estados e Municípios.

Marina Costa: O Brasil atualmente tem mais de 5000 municípios, cada um com seu regime tributário. Os estados e a União também possuem seus regulamentos específicos e complexidades distintas.

Então, como se não bastasse a multiplicidade e as particularidades, as regras são frequentemente alternadas/alteradas.

Flora: Isso significa que há diferenças entre as regiões do país, porque cada município ou estado tem sua autonomia para criar e cobrar certos tributos que estão dentro de sua competência.

Então, um município pode cobrar um tributo sobre serviço de forma diferente de outro e isso irá afetar o valor final dele.

A tributação possui função distributiva, ou seja, busca distribuir a riqueza do país. Então, o valor arrecadado por tributos de pessoas ou regiões mais ricas poderia ser distribuído em regiões que necessitassem mais de auxílios sociais, por exemplo.

Isso poderia garantir a diminuição das desigualdades entre regiões e poderia promover o bem-estar social. Além disso, a tributação age sobre a economia, pois a cobrança de imposto pode ajustar o mercado.

Eu sei que é um assunto complexo, mas vou te dar um exemplo: Com a pandemia, o imposto sobre alguns produtos foi reduzido para facilitar o acesso da população em um momento de crise, já que a diminuição do imposto reduz o preço final para o consumidor.

TV BrasilGov: [...] mais de 500 produtos utilizados no combate ao coronavírus tiveram o IPI zerados pelo governo [...]

Flora: É possível também reduzir a tributação de um produto nacional em relação ao valor da tributação de um produto importado. Isso acontece para evitar que o importado seja mais barato e prejudique o mercado nacional.

Marina Costa: Assim, a gente percebe que a estrutura tributária brasileira tem impacto em diversos âmbitos, porque ela tem reflexos, por exemplo, sobre o nível e a distribuição de renda e a organização e a competitividade econômica.

Então, a forma como ela é organizada determina bastante do que um país representa não apenas economicamente, mas também no âmbito social como um todo.

[transição]

Flora: Toda essa organização é resultado da história do nosso país. Agora, vamos fazer uma breve viagem no tempo pra te explicar como chegamos até o nosso sistema tributário atual.

A tributação foi iniciada por aqui quando o Brasil ainda era colônia e tinha o objetivo de enriquecer a coroa portuguesa.

Naquela época, havia dois tributos principais: o "quinto", que era a cobrança de 20% do ouro extraído, e a "derrama", cobrada caso tivesse "quintos" atrasados.

A tributação continuou sendo cobrada de forma rigorosa e apenas após a Independência, em 1822, surgiu o imposto sobre a renda, definido pela Constituição de 1934.

No período da Ditadura Militar, surgiram os tributos diretos e indiretos. E o sistema que usamos atualmente foi criado com a nova Constituição.

A escolha de quais cobranças serão feitas e os tipos de tributo formam o atual sistema tributário do país.

Marina Costa: Nós temos três tipos possíveis de sistema tributário. O primeiro é o progressivo, porque tem a participação do IR dos indivíduos e aumenta conforme a renda aumenta.

Temos o sistema regressivo, que a participação dos IR dos indivíduos diminui conforme a renda aumenta. E nós temos o sistema neutro que a participação dos IR dos indivíduos é igual ou independe do nível de renda.

Flora: O Brasil possui um sistema tributário regressivo.

Marina Costa: Por exemplo, você e a pessoa mais rica do Brasil, você vai e compra uma caixa de chocolate da mesma marca e no mesmo supermercado.

Vocês dois vão pagar o mesmo valor de IPI, mesmo com rendas diferentes.

Flora: IPI é o Imposto sobre Produtos Industrializados. Como eu comentei no início do episódio, ele é cobrado sobre toda mercadoria que seja desse tipo.

Sempre será pago de forma indireta pelo consumidor, já que estará inserido no preço do produto.

Vamos pensar em um exemplo. Se uma bicicleta custa 1000 reais, mas o valor do imposto é 200 reais, o preço que a bicicleta será vendida na loja será de 1.200 reais.

Todos os consumidores irão pagar esse imposto, independente da sua renda ou patrimônio.

Imagine que a Luiza ganha 10 mil reais por mês e o Pedro ganha 2 mil reais. O preço do imposto que irão pagar é o mesmo, pois se tratando de um tributo indireto, a renda não é considerada.

Porém, se uma pessoa recebe 10.000 reais e outra recebe 2000,00 reais, a forma como o imposto afeta cada um será diferente, certo?

Para a Luiza, o imposto será 2,2% do salário e para o Pedro será quase 11% do salário.

Percebe, então, como para quem recebe menos o imposto é proporcionalmente maior?

Agora você pode estar se questionando: Qual tipo de tributos que mais pagamos no Brasil?

Do total de tributos pagos em 2021, mais de 40% era de impostos sobre o consumo, os indiretos. E apenas 20%, aproximadamente, era de imposto de renda, lucros e ganhos de capital.

Então, a maior parte dos tributos que pagamos são sobre os produtos que consumimos, de forma indireta.

Marina Costa: Por isso que o sistema tributário brasileiro é regressivo. Ele não considera a diferença de renda entre os que estão consumindo uma mesma mercadoria.

Flora: Essa consideração de quanto cada cidadão pode contribuir, é chamada de justiça tributária.

Quando os tributos são cobrados de maneira direta, como o imposto de renda, é mais fácil analisar quanto a pessoa recebe e com quanto poderia contribuir.

Diferente dos tributos indiretos, em que não é possível avaliar quem será o consumidor final exatamente e fica difícil definir o valor do tributo.

Então, como a maior parte dos impostos no Brasil é cobrada de forma indireta, fica difícil ajustar o valor da cobrança e isso estimula a desigualdade social no país.

[transição]

Flora: E se compararmos a tributação brasileira com a de outros países?

Pra fazer essa comparação, podemos utilizar o índice de retorno de bem-estar a sociedade, que mede quanto de retorno o país oferece para a população a partir da cobrança de tributos e o Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH.

Marina Costa: De acordo com esse estudo, dos 30 países analisados, o país ocupou, em 2015, o último lugar no que se refere ao retorno à sociedade.

Flora: Isso significa que além da tributação ser concentrada em bens de consumo, o retorno para sociedade é muito baixo.

Podemos, então, nos questionar se é necessário repensar a forma de tributação no Brasil para melhorar a qualidade de vida de toda nossa população.

Além disso, existem outros fatores que podemos analisar.

TV Brasil: [...]o relatório da OCDE vem muito em boa hora, a organização assume papel importantíssimo, apontando as melhores práticas para que os países enfrentem seus desafios de gestão, nos ajudando a obter melhores resultados na administração pública e, por consequência, melhorando a vida de 210 milhões de brasileiros [...]

Flora: Por exemplo, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, conhecida como OCDE, que tem como principal objetivo a construção de políticas que melhorem o bem-estar social e possibilitem o desenvolvimento sustentável.

Ela recomenda que, para diminuição da desigualdade, o país utilize um sistema tributário progressivo, ou seja, um sistema em que a cobrança de tributos aumenta conforme a pessoa ganha mais renda.

Outra coisa que é diferente entre o Brasil e os países de economia avançada é o percentual que cobram no imposto de renda. Na Suécia, chega a 52%, e na Austrália, 45%.

Com um percentual maior, pessoas que recebem mais pagam um tributo maior, e isso pode ser distribuído na sociedade para diminuir possíveis desigualdades.

[transição]

Flora: Outra insatisfação de grande parte da população brasileira é a quantidade de tributos que pagamos.

Marina Costa: O Brasil é um dos países com a maior carga tributária do mundo. Então, identificou que, por exemplo, uma empresa brasileira precisa gastar mais de quase 2.000 horas por ano para quitar todos os impostos federais, estaduais e municipais.

Flora: Essa quantidade de horas pode ser considerada alta se comparada com o contexto global. Segundo um levantamento do Banco Mundial, esse número de horas é 6 vezes maior do que o registrado em outros países, como o Caribe, por exemplo.

Marina Costa: Então, a tributação, da maneira como é feita atualmente no Brasil afeta tanto a competitividade do país em relação ao demais, como também a própria economia interna, porque, por exemplo, se a população tem menos dinheiro pra gastar, ela vai adquirir um número menor de produtos e serviços, conseqüentemente, prejudica a produção industrial e o crescimento do país.

Flora: Devido essas diversas dificuldades geradas pela maneira como a tributação brasileira ocorre, a reforma tributária é uma das principais discussões quando o assunto é pensar em melhorias de aspectos sociais, econômicos e também promover a diminuição da desigualdade.

Marina Costa: Há muito tempo a gente discute uma reforma tributária no Brasil. Atualmente, a gente tem cerca de 63 tributos e 97 obrigações acessórias.

E uma mudança no pagamento de impostos poderia simplificar muito as normas e os processos.

[transição]

Flora: Esse é o quadro de dúvida popular! Nele, selecionamos uma questão sobre o tema do episódio e nos aprofundamos para entender melhor a tributação brasileira.

Uma dúvida comum é: Quanto da nossa renda é gasta apenas para pagar impostos?

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, precisamos trabalhar, em média, 159 dias no ano apenas para esse pagamento. Ou seja, 40% de nossa renda vai para pagar tributos. Por que isso acontece?

Marina Costa: Então, proporcionalmente a população de baixa renda compromete uma maior parte de seus rendimentos com o consumo dos bens e serviços cotidianos.

Então, se a carga tributária sobre bens e serviços independe da renda de pessoas/da pessoa que os consome, então quanto menor a renda, maior será a carga tributária relacionada ao que incide a essa população.

Flora: Assim, essa é uma das situações que o sistema tributário regressivo gera: mais impostos pra quem tem menos renda.

Também podemos observar que a tributação afeta a sociedade como um todo e não apenas questões financeiras, já que influencia no acesso que a população terá sobre determinados produtos ou serviços e na economia do país.

Seu Jornal da Rede TVT: [...] no Brasil, o imposto pesa muito mais no bolso dos mais pobres do que nos mais ricos, tornando nosso sistema tributário o mais injusto do continente [...]

Marina Costa: Eu entendo que isso é mais do que uma questão de renda, porque há uma implícita questão social.

A base da pirâmide é composta principalmente por negros e por mulheres que somam mais de 68 e 64 por cento dos mais pobres, respectivamente.

No outro extremo, o cenário se inverte, 83% são brancos e 31% são mulheres, ambos em relação aos 10% mais ricos.

Ou seja, a tributação inadequada não só desestimula a atividade econômica e onera os mais pobres, mas reforça o abismo da desigualdade existente do Brasil que carrega há alguns séculos elevado /elevando proporcionalmente o peso dos tributos para aqueles com menor necessidade de pagamento.

Flora: Bom, pensando sobre essa organização, podemos perceber que a tributação pode contribuir para esse alto índice de desigualdade no país.

Isso porque quem está na base da pirâmide, além de pagar mais impostos de forma relativa, ainda sofre muito mais com as injustiças sociais.

[transição]

Flora: Bom, gente, com essa conversa, podemos ficar mais atentos à maneira que a tributação está presente no nosso dia a dia.

Assim, podemos refletir sobre mudanças possíveis para melhorar o contexto em que vivemos.

No próximo episódio, vamos entender melhor como a tributação é feita em cada tipo de situação: sobre a renda, sobre a propriedade e também sobre a produção e consumo de bens e serviços.

Além disso, você já parou pra pensar em como as empresas pagam tributos? Vamos falar sobre isso também no próximo episódio.

E, principalmente, vamos analisar a relação entre essas cobranças e a desigualdade que elas podem gerar no país.

Para compor esse episódio, utilizamos áudios dos seguintes noticiários:

- Seu Jornal da Rede TVT
- Brasil em Dia da TV Brasil
- Jornal da Band
- Jornal da TV Cultura e
- Notícias da Câmara da TV Câmara São José dos Campos.

Todas essas notícias estão disponíveis no YouTube. Todas as informações contidas no episódio foram obtidas até março de 2023.

Gostou desse episódio? Compartilha nas redes sociais para que esse conteúdo chegue a mais pessoas!

O projeto Tributos e Desigualdades é uma realização do Instituto Mattos Filho, produzido pela Civicus em parceria com a Politize!

Acesse a página do projeto no portal da Politize e confira todos os conteúdos do projeto.